

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	31
NOTAS PRÉVIAS	33
PARTE I – INTRODUÇÃO	35
CAPÍTULO I – NOÇÕES FUNDAMENTAIS	37
§ 1.º – Generalidades	37
§ 2.º – As relações jurídicas familiares	41
CAPÍTULO II – NORMAS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO DA FAMÍLIA	45
Divisão I – Generalidades	45
Divisão II – Direitos fundamentais e garantias institucionais	45
§ 1.º – Direito a celebrar casamento	46
§ 2.º – Direito de constituir família	47
§ 3.º – Competência da lei civil para regular os requisitos e os efeitos do casamento e da sua dissolução, independentemente da forma de celebração	48
§ 4.º – Direito à identidade pessoal	50
§ 5.º – Direito ao livre desenvolvimento da personalidade	51
§ 6.º – Direito dos cônjuges a um regime igualitário	53
§ 7.º – Direito dos filhos a um regime igualitário	53
§ 8.º – Direito de pedir o divórcio, em qualquer casamento	55

§ 9.º – Direito-dever dos pais de dirigir a educação dos filhos	55
§ 10.º – Direito-dever dos pais de assegurarem a manutenção dos filhos	56
§ 11.º – Direito dos pais a terem os filhos consigo	57
§ 12.º – Proteção da adoção	57
§ 13.º – Proteção da família	58
§ 14.º – Proteção da paternidade e da maternidade	59
§ 15.º – Direito da infância à proteção da sociedade e do Estado	59
Divisão III – Consequências da inconstitucionalidade	60
Bibliografia específica	60
 CAPÍTULO III – CARACTERES DO DIREITO DA FAMÍLIA	61
§ 1.º – Predomínio de normas imperativas	61
§ 2.º – Coexistência, na ordem jurídica portuguesa, do direito estadual e do direito canónico na disciplina da relação matrimonial	62
§ 3.º – Afetação de certas questões de direito da família a tribunais de competência especializada: os juízos de família e menores	63
 CAPÍTULO IV – CARACTERES DOS DIREITOS FAMILIARES PESSOAIS	65
§ 1.º – Fragilidade da garantia dos direitos familiares pessoais	65
Bibliografia específica	66
§ 2.º – Carácter relativo. Casos em que, excepcionalmente, os direitos familiares pessoais gozam de proteção absoluta	67
§ 3.º – Tipicidade dos direitos familiares pessoais	67
Bibliografia genérica	67
 PARTE II – A RELAÇÃO MATRIMONIAL	69
 CAPÍTULO I – CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL	71
Divisão I – Conceito e caracteres gerais do casamento	71
Secção I – Conceito do casamento	71
Subsecção I – Conceito de casamento civil	72
Subsecção II – Conceito de casamento católico	72
Secção II – O sistema matrimonial português	73

Divisão II – Promessa de casamento	77
§ 1.º – O regime da promessa de casamento: descrição geral e justificação	77
§ 2.º – Efeitos	78
Divisão III – Casamento civil	79
Secção I – Generalidades. Casamentos civis celebrados por forma civil e casamentos civis celebrados por forma religiosa	79
Secção II – Requisitos de fundo	80
Subsecção I – Consentimento	80
§ 1.º – Generalidades. Necessidade do consentimento e modo como deve ser prestado	80
§ 2.º – Carácter pessoal do consentimento	81
a) Princípio geral	81
b) Casamento por procuração	81
§ 3.º – Carácter puro e simples do consentimento; o casamento como negócio incondicionável e inaprazável	83
§ 4.º – Perfeição do consentimento	84
a) A divergência entre a vontade e a declaração e suas formas: princípios gerais	84
b) Casamento simulado	85
c) Erro na declaração	88
§ 5.º – Liberdade do consentimento	89
a) Vícios do consentimento: princípios gerais	89
b) Erro	90
c) Coação	92
d) Anulabilidade por erro ou coação; seu regime	93
Subsecção II – Capacidade	94
§ 1.º – Generalidades. Conceito de impedimento matrimonial. Classificações dos impedimentos matrimoniais	94
§ 2.º – Impedimentos dirimentes	95
a) Falta de idade nupcial	95
b) Demência notória e decisão de acompanhamento	97
c) Vínculo matrimonial anterior não dissolvido	97
d) Parentesco e afinidade	98
e) A relação anterior de responsabilidades parentais	100
f) Condenação por homicídio	100
§ 3.º – Impedimentos impedientes	101

a) Falta de autorização dos pais ou do tutor para o casamento de menores	101
b) Prazo internupcial	103
c) Parentesco no 3.º grau da linha colateral	104
d) Tutela, acompanhamento de maior ou administração legal de bens	104
e) Vínculo de adoção restrita?	105
f) Vínculo de apadrinhamento civil	106
g) Pronúncia por homicídio	107
Secção III – Formalidades do casamento	108
§ 1.º – Processo preliminar de casamento	108
§ 2.º – Incidentes do processo	109
§ 3.º – Celebração do casamento	111
§ 4.º – Registo do casamento	112
§ 5.º – Casamentos urgentes	113
§ 6.º – Casamentos de portugueses no estrangeiro	116
§ 7.º – Casamentos de estrangeiros em Portugal	118
§ 8.º – Casamentos civis sob forma religiosa	118
Secção III – Invalidade do casamento. Casamento putativo.	120
Generalidades	120
Subsecção I – Inexistência do casamento	120
§ 1.º – Como surgiu a doutrina da inexistência e razões que a justificaram	120
§ 2.º – Casos de inexistência	121
§ 3.º – Regime da inexistência	121
Subsecção II – Anulabilidade do casamento	123
§ 1.º – Casos de anulabilidade	123
§ 2.º – Regime da anulabilidade	124
Subsecção III – Casamento putativo	126
§ 1.º – Noção e razão de ser do instituto	126
§ 2.º – Pressupostos	127
§ 3.º – Efeitos	128
a) Princípio geral	128
b) Efeitos em relação aos cônjuges	128
c) Efeitos em relação aos filhos	129
d) Efeitos em relação a terceiros	129
Bibliografia específica	130

Bibliografia genérica	130
Divisão IV – Casamento católico	131
Secção I – Requisitos de fundo	131
§ 1.º – Consentimento	131
§ 2.º – Capacidade	132
Secção II – Formalidades	135
§ 1.º – Formalidades preliminares e celebração do casamento	135
§ 2.º – Registo do casamento: a transcrição	136
§ 3.º – Casamentos urgentes e “de consciência”	138
§ 4.º – Nulidade do casamento e nulidade da transcrição	139
Bibliografia específica	142
Bibliografia genérica	142
 CAPÍTULO II – EFEITOS DO CASAMENTO: O CASAMENTO	
COMO ESTADO	143
Divisão I – Efeitos pessoais	143
Secção I – Princípios fundamentais: igualdade dos cônjuges e direção conjunta da família	143
Secção II – Deveres dos cônjuges	144
§ 1.º – Princípios gerais	144
§ 2.º – Dever de cooperar	148
§ 3.º – Dever de cuidar	155
§ 4.º – Dever de respeito reforçado	158
§ 5.º – Dever de coabitação	158
§ 6.º – Dever de fidelidade	162
Secção III – Nome e nacionalidade	163
§ 1.º – Nome	163
§ 2.º – Nacionalidade	167
Bibliografia específica	168
Bibliografia genérica	168
Divisão II – Efeitos patrimoniais	169
Secção I – Efeitos patrimoniais do casamento independentes do regime de bens	169
Subsecção I – Administração dos bens dos cônjuges	169
§ 1.º – Princípios gerais	169
§ 2.º – Especialidades da administração dos bens do casal: poderes do cônjuge administrador	173

§ 3.º – Responsabilidade pela administração	175
§ 4.º – Poderes do cônjuge não administrador	181
Bibliografia específica	181
Bibliografia genérica	181
Subsecção II – Ilegitimidades conjugais	182
§ 1.º – Generalidades	182
§ 2.º – Ilegitimidades conjugais nos regimes de comunhão	182
§ 3.º – Ilegitimidades conjugais no regime da separação de bens	189
§ 4.º – Consentimento conjugal: forma; possibilidade de suprimento judicial; invalidade, por falta de consentimento conjugal ou do respetivo suprimento, dos atos carecidos de consentimento	189
Subsecção III – Poderes dos cônjuges relativamente aos bens que integram as várias massas patrimoniais	193
A – Poderes de disposição inter vivos	193
§ 1.º – Quanto a bens imóveis	194
a) Sendo o regime de comunhão	194
b) No regime da separação	194
§ 2.º – Quanto a bens móveis	194
a) Sendo o regime de comunhão	194
b) No regime da separação	195
B – Poderes de disposição mortis causa	195
Bibliografia específica	197
Bibliografia genérica	197
Subsecção IV – Responsabilidade por dívidas dos cônjuges	197
§ 1.º – Generalidades	197
§ 2.º – Dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges	199
§ 3.º – Bens que respondem pelas dívidas de responsabilidade comum	207
§ 4.º – Dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges	208
§ 5.º – Bens que respondem pelas dívidas de exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges	212
§ 6.º – Compensações devidas pelo pagamento de dívidas	216
Subsecção V – Termo das relações patrimoniais	218
A – Generalidades	218
B – Separação dos bens próprios	218

C – Liquidação do património comum	219
§ 1.º – Relacionamento dos bens comuns	219
§ 2.º – Compensações	220
§ 3.º – Pagamento de dívidas	223
Bibliografia específica	224
Bibliografia genérica	224
D – Partilha	225
§ 1.º – Comunhão pós-conjugal	225
§ 2.º – Especialidades da divisão dos bens	226
a) Forma	226
b) Contrato-promessa de partilha	227
c) Partilha sob condição suspensiva	228
d) Descendentes comuns e comunhão geral	228
e) Caso especial de divórcio	229
f) Casa tomada de arrendamento e casa própria	231
g) Atribuições preferenciais	231
Bibliografia específica	232
Bibliografia genérica	233
Subsecção VI – Contratos entre cônjuges	233
§ 1.º – Generalidades	233
§ 2.º – Contrato de sociedade	234
§ 3.º – Contrato de doação	236
§ 4.º – Contrato de compra e venda	240
§ 5.º – Outros contratos	241
a) Generalidades	241
b) Contrato de trabalho	241
c) Contrato de mútuo e de comodato	242
d) Contrato de locação	242
Bibliografia específica	243
Bibliografia genérica	243
Subsecção VII – Doações para casamento	243
§ 1.º – Generalidades	243
§ 2.º – Doações entre esposados	244
§ 3.º – Doações de terceiros aos esposados	246
Secção II – Regime de bens do casamento	247
Subsecção I – Princípios gerais	247
§ 1.º – Noção de regime de bens do casamento	247

§ 2.º – Casos de regime imperativo	247
§ 3.º – Princípio da liberdade de regime de bens.	
Os regimes-tipo	249
§ 4.º – Regime supletivo	249
Subsecção II – Convenções antenupciais	249
A – Noção de convenção antenupcial	249
B – Princípios dominantes: liberdade e imutabilidade	250
§ 1.º – Princípio da liberdade. Exceções	250
§ 2.º – Princípio da imutabilidade. Exceções	254
C – Requisitos de fundo	255
D – Formalidades. Registo	256
E – Nulidade e anulabilidade	257
F – Caducidade	258
Subsecção III – Regime da comunhão de adquiridos	258
A – Características gerais do regime	258
B – Quando vigora o regime da comunhão de adquiridos	258
C – Natureza jurídica da comunhão	259
D – Participação dos cônjuges no património comum.	
A “regra da metade”	261
E – Composição das massas patrimoniais: bens próprios e bens comuns	262
§ 1.º – Bens próprios	262
§ 2.º – Bens comuns	281
Subsecção IV – Regime da comunhão geral de bens	286
§ 1.º – Características gerais do regime	286
§ 2.º – Quando vigora o regime da comunhão geral	286
§ 3.º – Aplicação das disposições relativas à comunhão de adquiridos	287
§ 4.º – Composição das massas patrimoniais: bens próprios e bens comuns	287
Subsecção V – Regime da separação de bens	287
§ 1.º – Características gerais do regime	287
§ 2.º – Quando vigora o regime da separação	289
§ 3.º – Composição das massas patrimoniais: bens de um cônjuge e bens do outro	289
Bibliografia específica	291
Bibliografia genérica	292

CAPÍTULO III – MODIFICAÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL	293
Secção I – Generalidades. Simples separação judicial de bens e separação de pessoas e bens	293
Secção II – Simples separação judicial de bens	294
§ 1.º – Noção e natureza	294
§ 2.º – Pressupostos	295
§ 3.º – Processo	296
§ 4.º – Efeitos	297
Secção III – Separação de pessoas e bens	298
§ 1.º – Noção e natureza da separação de pessoas e bens.	
Suas modalidades	298
§ 2.º – Separação por mútuo consentimento: remissão	299
§ 3.º – Separação sem consentimento de um dos cônjuges:	
remissão	299
§ 4.º – Efeitos da separação	300
§ 5.º – Reconciliação dos cônjuges separados de pessoas e bens	302
§ 6.º – Conversão da separação em divórcio	304
 CAPÍTULO IV – EXTINÇÃO DA RELAÇÃO MATRIMONIAL	307
Divisão I – Generalidades	307
§ 1.º – Extinção por dissolução e extinção por invalidação	307
§ 2.º – Causas de dissolução: enunciado geral	307
§ 3.º – A morte como causa de dissolução da relação matrimonial.	
Morte presumida. Direitos do cônjuge sobrevivo	308
Divisão II – Divórcio	309
Secção I – Generalidades	309
§ 1.º – Noção de divórcio	309
§ 2.º – Modalidades de divórcio	310
§ 3.º – Traços gerais da evolução legislativa	310
Secção II – Divórcio por mútuo consentimento	311
§ 1.º – Noção e espírito do instituto	311
§ 2.º – Pressuposto	312
§ 3.º – Processo	312
a) Divórcio administrativo	312
b) Divórcio judicial	317
Secção III – Divórcio sem consentimento de um dos cônjuges	319
Subsecção I – Generalidades	319

§ 1.º – Noção de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (divórcio litigioso)	319
§ 2.º – Causa do divórcio e causa de pedir na ação de divórcio	320
Subsecção II – Causas do divórcio sem consentimento de um dos cônjuges	320
§ 1.º – Separação de facto	320
§ 2.º – Alteração das faculdades mentais	322
§ 3.º – Ausência sem notícias	323
§ 4.º – Qualquer outro facto que mostre a ruptura do casamento	323
Subsecção III – Processo	326
§ 1.º – Desenho geral do processo	326
§ 2.º – Conteúdo da sentença	329
Secção IV – Efeitos do divórcio	329
§ 1.º – Generalidades	329
§ 2.º – Data em que se produzem os efeitos do divórcio	331
§ 3.º – Termo da comunhão conjugal. Partilha	336
§ 4.º – Destino da casa de morada da família	337
§ 5.º – Perda de direitos sucessórios	344
§ 6.º – Perda de benefícios	344
§ 7.º – Obrigação de alimentos entre ex-cônjuges	347
a) Generalidades	347
b) Quem tem direito a alimentos	348
c) Modo de estabelecer a obrigação de alimentos	350
d) Medida da obrigação	351
e) Critérios para a fixação do montante	352
f) Modo de prestar os alimentos	354
g) Alteração dos alimentos fixados	355
h) Indisponibilidade e impenhorabilidade do direito	355
i) Garantia do cumprimento da obrigação	356
j) Cessação da obrigação alimentar	357
l) Preferências entre credores	360
§ 8.º – Obrigação de indemnizar	360
§ 9.º – Exercício das responsabilidades parentais	361
a) Generalidades	361
b) Residência dos filhos	370
§ 10.º – Alimentos para os filhos	379
a) Generalidades	379

b) Quem tem direito a alimentos	380
c) Modo de estabelecer a prestação	380
d) Desde quando são devidos	383
e) Medida da obrigação	384
f) Critérios para a fixação do montante	384
g) Modo de prestar os alimentos	389
h) Alteração do valor fixado	390
i) Indisponibilidade e impenhorabilidade do direito e dos valores prestados	390
j) Garantia do pagamento	392
l) Pagamento forçado da prestação	396
m) Cessação da obrigação de prestar alimentos	396
§ 11.º – Confiança dos animais de companhia	398
§ 12.º – Efeitos em relação a terceiros	398
Bibliografia específica	399
Bibliografia genérica	401
Divisão III – Dissolução por dispensa	401
§ 1.º – A dispensa do casamento rato e não consumado no direito canónico	401
§ 2.º – A dispensa no direito português	402
PARTE III – A RELAÇÃO DE UNIÃO DE FACTO	403
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	405
§ 1.º – Generalidades	405
§ 2.º – Noção	406
CAPÍTULO II – CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO	409
§ 1.º – Data da constituição	409
§ 2.º – Requisitos	409
a) Heterossexualidade?	409
b) Duração	410
c) Impedimentos	410
§ 3.º – Prova da união de facto	413
CAPÍTULO III – EFEITOS PESSOAIS E PATRIMONIAIS	417
Secção I – Efeitos pessoais	417

Secção II – Efeitos patrimoniais	424
§ 1.º – Generalidades	424
§ 2.º – Efeitos patrimoniais fundados na autonomia privada	427
§ 3.º – Efeitos patrimoniais fundados na analogia que justifica a “extensão teleológica” das normas do casamento aos problemas suscitados pela união de facto	428
§ 4.º – Efeitos patrimoniais diretamente previstos na lei	429
 CAPÍTULO IV – EXTINÇÃO DA RELAÇÃO	431
Secção I – Generalidades	431
Secção II – Rutura	434
§ 1.º – Regulação do exercício das responsabilidades parentais	434
§ 2.º – Proteção da casa de morada da família	434
Secção III – Morte	439
§ 1.º – Alimentos	439
§ 2.º – Proteção da casa de morada da família	440
a) “Casa própria”	440
b) Casa tomada de arrendamento	444
§ 3.º – Lesão de que proveio a morte	445
§ 4.º – Prestações do Estado	445
§ 5.º – Faltas ao trabalho	447
Bibliografia específica	447
Bibliografia genérica	447
 PARTE IV – A RELAÇÃO DE FILIAÇÃO	449
 CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	451
Divisão I – Nascimento, maternidade e paternidade	451
Secção I – O nascimento como facto jurídico autónomo	451
§ 1.º – Interesse prático-jurídico do registo de nascimento	451
§ 2.º – Declaração de nascimento	451
§ 3.º – Registo de abandonados	453
Secção II – Maternidade e Paternidade	454
§ 1.º – Filiação biológica e filiação jurídica	454
§ 2.º – Estabelecimento jurídico e retroatividade	455
§ 3.º – Atendibilidade	456
Divisão II – Critérios jurídicos da parentalidade	457

§ 1.º – Critérios jurídicos da parentalidade	457
§ 2.º – Evolução do direito português	457
Divisão III – Princípios de ordem pública do Direito da Filiação	461
§ 1.º – Princípio da verdade biológica	461
§ 2.º – Princípio da taxatividade dos meios para o Estabelecimento da Filiação	462
§ 3.º – Princípio da proteção do “interesse do filho”	463
Divisão IV – Provas científicas da filiação	465
§ 1.º – O art. 1801.º como proclamação de abertura às possibilidades científicas	465
§ 2.º – Tipos de provas científicas	466
§ 3.º – Provas judiciais e extrajudiciais	467
§ 4.º – Recusa de cooperação	468
§ 5.º – Valor das provas periciais	471
§ 6.º – Novos meios de prova e recurso de revisão	472
Bibliografia específica	476
Bibliografia genérica	476
Divisão V – A conceção	477
§ 1.º – Relevo jurídico do momento da conceção	477
§ 2.º – O recurso ao conceito de “período legal da conceção” e a regra da “indivisibilidade”	477
§ 3.º – Exceções	478
a) Prova de uma gestação anormalmente longa	479
b) Prova de uma gestação anormalmente curta	479
c) Determinação da “data provável” da conceção dentro do período legal	480
§ 4.º – Meio processual idóneo	480
Bibliografia genérica	481
 CAPÍTULO II – ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO	483
Divisão I – Maternidade	483
Secção I – Generalidades	483
Secção II – Estabelecimento por indicação ou por declaração no registo civil	484
Subsecção I – Por indicação	484
Subsecção II – Por declaração	485
Subsecção III – Impugnação da maternidade registada	486

§ 1.º – Generalidades	486
§ 2.º – Imprescritibilidade	486
§ 3.º – Legitimidade ativa	487
§ 4.º – Legitimidade passiva	487
Secção III – Averiguação ofícios. Remissão	487
Secção IV – Reconhecimento judicial	488
Subsecção I – A ação comum de investigação da maternidade	488
§ 1.º – Generalidades	488
§ 2.º – Legitimidade ativa	488
§ 3.º – Prosecução e transmissão da ação (Remissão)	489
§ 4.º – Legitimidade passiva (Remissão)	489
§ 5.º – Prova da maternidade	489
§ 6.º – Prazo para a propositura da ação (Remissão)	490
Subsecção II – A ação especial, quando a mãe é casada	490
§ 1.º – Legitimidade ativa	491
§ 2.º – Legitimidade passiva	491
§ 3.º – Impugnação da paternidade do marido	492
Divisão II – Paternidade	493
Secção I – Generalidades	493
Secção II – Presunção da paternidade do marido da mãe	493
Subsecção I – O pai é o marido da mãe	493
§ 1.º – Generalidades	493
§ 2.º – Âmbito de aplicação da presunção	494
§ 3.º – Menção obrigatória da paternidade	494
§ 4.º – Casos de cessação da presunção	495
§ 5.º – Renascimento da presunção de paternidade	496
Subsecção II – A ação de impugnação da paternidade. Generalidades	498
A – Filhos concebidos durante o casamento	499
§ 1.º – Legitimidade ativa	499
§ 2.º – Proseccução e transmissão da ação	500
§ 3.º – Legitimidade passiva	500
§ 4.º – Objeto do processo	501
§ 5.º – Os prazos para agir	502
a) O regime	502
b) O problema da constitucionalidade do regime	502
aa) Na doutrina	502
bb) Na jurisprudência	504

§ 6.º – Efeitos da impugnação	505
§ 7.º – O caso especial da impugnação antecipada	508
B – Filhos concebidos antes do casamento	508
Bibliografia genérica	509
Secção III – Reconhecimento voluntário por perfilhação	509
Subsecção I – O ato de perfilhação	509
§ 1.º – Conceito e caracteres da perfilhação	509
§ 2.º – Capacidade para perfilhar	511
§ 3.º – Forma da perfilhação	511
§ 4.º – Tempo da perfilhação	512
§ 5.º – Perfilhação de nascituro	512
§ 6.º – Perfilhação de filho maior	513
§ 7.º – Perfilhação de filho pré-morto	513
Subsecção II – Anulação da perfilhação	514
§ 1.º – Por incapacidade	514
§ 2.º – Por erro ou coação moral	514
§ 3.º – Questões comuns aos casos de anulabilidade	515
Subsecção III – Impugnação da perfilhação	516
§ 1.º – Generalidades	516
§ 2.º – Legitimidade ativa	516
§ 3.º – Prosesecução e transmissão da ação	519
§ 4.º – Legitimidade passiva	520
§ 5.º – Objeto do processo	520
§ 6.º – Imprescritibilidade	521
§ 7.º – Efeitos da impugnação	522
Bibliografia genérica	523
Secção IV – Averiguação oficiosa	524
§ 1.º – Noção e procedimento	524
§ 2.º – Características especiais da intervenção oficiosa	526
§ 3.º – Casos em que a averiguação oficiosa não é admitida	528
§ 4.º – Averiguação oficiosa com base em processo crime	528
Bibliografia genérica	529
Secção V – Reconhecimento judicial. A ação de investigação da paternidade	529
Subsecção I – Generalidades	529
Subsecção II – Legitimidade ativa e passiva. Prosesecução e transmissão da ação	530

§ 1.º – Legitimidade ativa	530
§ 2.º – Prosssecução e transmissão da ação	531
§ 3.º – Legitimidade passiva	532
Subsecção III – Prazo para agir	532
§ 1.º – O regime vigente	532
§ 2.º – O problema da constitucionalidade do regime	535
a) Na doutrina	535
b) Na jurisprudência	538
Subsecção IV – Objeto do processo	542
A – Prova do vínculo biológico	542
B – Presunção de paternidade	543
§ 1.º – Generalidades	543
§ 2.º – Factos constitutivos da presunção	543
a) Posse de estado	543
b) Escrito do pai	544
c) Convivência	544
d) Sedução da mãe	544
e) Relações sexuais	545
§ 3.º – A defesa do réu	546
Subsecção V – Efeitos da sentença	547
Bibliografia específica	548
Bibliografia genérica	548
 CAPÍTULO III – ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO COM PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA (PMA)	549
Divisão I – Generalidades	549
Divisão II – Princípios fundamentais do Estabelecimento da Filiação	551
Secção I – Princípios constitucionais	551
Secção II – Princípios de ordem pública do direito da filiação	551
§ 1.º – Princípio da verdade biológica	551
§ 2.º – Princípio da relevância da vontade	552
§ 3.º – Princípio da taxatividade dos meios para o Estabelecimento da Filiação	553
Divisão III – Estabelecimento da maternidade	553
Secção I – Generalidades	553
Secção II – Maternidade baseada na “verdade biológica”	554
Subsecção I – “Determinação da maternidade”	554

Subsecção II – Impugnação da maternidade	554
Secção III – Maternidade baseada na vontade	555
Subsecção I – Dupla maternidade (art. 20.º, n.º 1)	555
§ 1.º – A expressão da vontade	555
§ 2.º – O registo da vontade de assumir a parentalidade resultante de PMA	556
Subsecção II – Gestação de substituição	556
Bibliografia específica	560
Divisão IV – Estabelecimento da paternidade	561
Secção I – Mãe casada ou em união de facto	561
Subsecção I – Regras gerais do estabelecimento da paternidade	561
Subsecção II – “Determinação da paternidade” baseada na vontade	561
§ 1.º – A expressão da vontade (remissão)	562
§ 2.º – O registo da vontade de assumir a parentalidade resultante de PMA (remissão)	562
§ 3.º – Impugnação da paternidade	562
§ 4.º – Uso de PMA post mortem	565
Secção II – Mãe só	567
Bibliografia específica	568
Bibliografia genérica	568
 CAPÍTULO IV – ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO POR ADOÇÃO	569
Secção I – Generalidades	569
§ 1.º – Noção e espírito do instituto	569
§ 2.º – A intervenção do Estado	570
§ 3.º – Modalidades: adoção conjunta e adoção singular	572
Secção II – Requisitos substanciais	572
§ 1.º – “Reais vantagens”	573
§ 2.º – “Motivos legítimos”	573
§ 3.º – “Sacrifício injusto”	573
§ 4.º – “Vínculo semelhante ao da filiação”	573
§ 5.º – “Ter estado ao cuidado do adotante”	574
§ 6.º – “Exclusividade”	574
§ 7.º – Consentimento	575
a) Generalidades	575
b) Consentimento prévio	577
c) Dispensa do consentimento	577

§ 8.º – Capacidade	579
Secção III – Requisitos formais	582
Subsecção I – Processo	582
§ 1.º – Preliminares	582
a) Organismos competentes	582
b) “Prejudicialidade” dos procedimentos de averiguação ofíciosa ou de adoção?	583
§ 2.º – Fase preparatória	584
a) Estudo de caracterização e preparação da criança	584
b) Apresentação de candidatura ao organismo de segurança social. Preparação, avaliação e seleção de candidatos	584
c) Decisão de confiança em vista da adoção (ou de adotabilidade)	586
§ 3.º – Fase de ajustamento	588
a) Período de transição	588
b) Período de pré-adoção	589
§ 4.º – Fase final: processo judicial	590
§ 5.º – Acompanhamento pós-adoção	593
Subsecção II – A adoção e o registo civil	593
Secção IV – Adoção Internacional	595
§ 1.º – Generalidades	595
§ 2.º – Processo de colocação no estrangeiro de crianças residentes em Portugal com vista à sua adoção	597
a) Garantias prévias	597
b) Processo	598
§ 3.º – Adoção por residentes em Portugal de crianças residentes no estrangeiro	599
Bibliografia específica	599
Bibliografia genérica	600
 CAPÍTULO V – EFEITOS DA FILIAÇÃO	601
Divisão I – Efeitos gerais	601
Secção I – Generalidades	601
Subsecção I – O que é o “interesse do filho”	601
§ 1.º – Definição	601
§ 2.º – Garantias	603
Subsecção II – Outras considerações gerais	606

Secção II – Nome	607
Secção III – Nacionalidade	608
Secção IV – Responsabilidades parentais	609
Subsecção I – Generalidades	609
Subsecção II – Residência	613
Subsecção III – Titularidade e exercício	614
Subsecção IV – Duração	617
Subsecção V – Relevância dos atos praticados	621
Subsecção VI – Exercício conjunto ou exercício singular	622
Subsecção VII – Tipos de intervenção	623
§ 1.º – As vinculações jurídicas	623
§ 2.º – Decisões parentais	624
§ 3.º – Vigilância e contenção	625
Subsecção VIII – Conteúdo: um dever de cuidar	625
A – Responsabilidades parentais relativamente à pessoa dos filhos	626
§ 1.º – Guarda e vigilância	626
§ 2.º – Sustento	628
§ 3.º – Educação	629
a) Regra geral	629
b) Educação sexual	632
c) Castigos corporais	632
§ 4.º – Religião	634
§ 5.º – Saúde	635
B – Responsabilidades parentais relativamente aos bens dos filhos	638
§ 1.º – Casos de exclusão da administração	638
§ 2.º – Atos cuja validade depende de autorização	639
§ 3.º – Aquisição de bens do filho	639
§ 4.º – Bens cuja propriedade pertence aos pais	639
§ 5.º – Rendimentos dos bens dos filhos	640
§ 6.º – Proteção dos bens do filho	640
§ 7.º – Fim da administração	641
Subsecção IX – Inibição e limitação do exercício das responsabilidades parentais	641
§ 1.º – Inibição	641
§ 2.º – Limitação	644
a) Proteção da pessoa	644

b) Proteção dos bens	645
Subsecção X – Registo das decisões relativas às responsabilidades parentais	646
Subsecção XI – Meios de suprir as responsabilidades parentais	647
Subsecção XII – Responsabilidade civil dos pais perante os filhos	647
Bibliografia específica	654
Bibliografia genérica	655
Divisão II – Efeitos especiais da filiação com PMA	655
§ 1.º – O dador e o estatuto jurídico de pai ou de mãe	655
§ 2.º – Anonimato ou direito de conhecer as origens genéticas	656
Bibliografia específica	657
 CAPÍTULO VI – EFEITOS ESPECIAIS DA FILIAÇÃO POR ADOÇÃO	659
§ 1.º – Princípio geral e exceções	659
§ 2.º – Manutenção de contactos com a família biológica	660
§ 3.º – Nome	661
§ 4.º – Nacionalidade	661
§ 5.º – Proibição de estabelecer a filiação natural	662
§ 6.º – Direito ao conhecimento das origens	662
§ 7.º – Irrevogabilidade	664
§ 8.º – Revisão da sentença	665
Bibliografia específica	667
Bibliografia genérica	667
 PARTE V – ADOÇÃO RESTRITA E APADRINHAMENTO CIVIL	669
 CAPÍTULO I – ADOÇÃO RESTRITA	671
§ 1.º – Eliminação pela lei n.º 143/2015 e direito transitório	671
§ 2.º – Efeitos	673
§ 3.º – Revogação	675
§ 4.º – Revisão da sentença	676
§ 5.º – Conversão em adoção	676
 Capítulo II – Apadrinhamento civil	677
Secção I – Generalidades	677
§ 1.º – Noção e espírito do instituto	677
§ 2.º – A intervenção do Estado	678

§ 3.º – Modalidades: apadrinhamento civil singular e apadrinhamento civil por família; alargamento do apadrinhamento civil	678
Secção II – Requisitos substanciais	679
§ 1.º – “Reais vantagens”	679
§ 2.º – “Motivos legítimos”	679
§ 3.º – “Vínculos afetivos”	679
§ 4.º – “Exclusividade”	680
§ 5.º – Consentimento	680
a) Quem deve consentir	680
b) Consentimento personalizado	682
c) Dispensa do consentimento	682
§ 6.º – Capacidade	684
a) Capacidade para apadrinhar civilmente	684
b) Capacidade para ser apadrinhado civilmente	684
Secção III – Requisitos formais. Processo	686
§ 1.º – Fase preparatória	686
a) Candidaturas	686
b) Habilitação dos candidatos	686
c) Iniciativa do apadrinhamento civil	688
d) Designação dos padrinhos/madrinhas	689
§ 2.º – Fase de constituição	690
a) Compromisso de apadrinhamento civil e homologação	691
b) Sentença de apadrinhamento civil	692
§ 3.º – Apoio ao apadrinhamento civil	693
Secção IV – Efeitos	694
§ 1.º – Efeitos principais	694
a) Exercício das responsabilidades parentais pelos padrinhos/madrinhas	694
b) Direitos dos pais	695
§ 2.º – Alimentos	696
§ 3.º – Benefícios	697
§ 4.º – Impedimento matrimonial	697
Secção V – Extinção do vínculo	698
§ 1.º – Revisão	698
§ 2.º – Revogação	698
Bibliografia específica	699
Bibliografia genérica	699

PARTE VI – LIMITES À APLICAÇÃO DAS REGRAS DE DIREITO PORTUGUÊS: A RECEPÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL CONVENCIONAL E A APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO E DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA (POR RUI MOURA RAMOS E AFONSO PATRÃO)	701
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	703
CAPÍTULO II – O DIREITO INTERNACIONAL DAS RELAÇÕES FAMILIARES	705
Divisão I – Recepção do direito internacional convencional pelo sistema jurídico português	705
Bibliografia	710
Divisão II – O direito internacional privado da família	710
Secção I – O casamento	714
Subsecção I – Constituição da relação matrimonial: o casamento como acto	714
§ 1.º – Requisitos de fundo	714
§ 2.º – Requisitos de forma	718
§ 3.º – Consequências da violação das regras aplicáveis à constituição da relação matrimonial	720
§ 4.º – Outras relações disciplinadas pela lei pessoal	720
Bibliografia	721
§ 5.º – Direito Concordatário	722
Bibliografia	723
§ 6.º – Direito Convencional	723
§ 7.º – Direito da União Europeia	725
Bibliografia	725
Subsecção II – Efeitos do casamento: o casamento como estado	726
§ 1.º – Aspectos gerais	726
§ 2.º – Direito comum	727
a) Autonomização da disciplina conflitual dos efeitos do casamento dependentes de um determinado regime de bens	727
b) Relações pessoais do casamento e estatuto matrimonial primário	731
Bibliografia	732

§ 3.º – Direito Convencional	733
Bibliografia	736
§ 4.º – Direito da União Europeia	736
Bibliografia	744
Subsecção III – Modificação e extinção do casamento	745
§ 1.º – Direito comum	745
§ 2.º – Direito Convencional	746
§ 3.º – Direito da União Europeia	747
Bibliografia	752
Secção II – A filiação	752
Subsecção I – Estabelecimento da filiação	753
§ 1.º – Disciplina geral	753
§ 2.º – Regras especiais em matéria de perfiliação	761
§ 3.º – Europeização do direito internacional privado da filiação	761
Subsecção II – Efeitos da filiação. A responsabilidade parental	762
§ 1.º – Direito Comum	762
§ 2.º – Direito Convencional	764
§ 3.º – Direito da União Europeia	766
Bibliografia	767
Secção III – A Adopção	768
Subsecção I – Constituição da relação adoptiva	768
Subsecção II – Efeitos da adopção	770
Subsecção III – Regime Jurídico do Processo de Adopção	771
§ 1.º – Direito Comum	771
§ 2.º – Direito Convencional	775
Bibliografia	776
ÍNDICE ALFABÉTICO	777

